

Autor: Juliana Nunes Rodrigues

Orientador: Iná Elias de Castro

Título: As Transferências Inter Governamentais de Recursos do FPM e do ICMS como Estratégias de Equilíbrio Espacial

Nº de Páginas: 104

Resumo:

A organização político-administrativa do Estado tem efeitos importantes sobre o território e seus habitantes. No Brasil, o Estado está territorialmente organizado com base em um sistema federativo: há uma distribuição espacial do poder entre unidades político-administrativas autônomas, que regulam e definem as ações em limites territoriais estabelecidos em escalas diferenciadas.

A partir dos anos de 1980, a autonomia decisória das escalas municipais foi valorizada, o que tornou a organização do território mais dependente das decisões que emanam dos municípios. No entanto, o território brasileiro abarca uma variedade de bases produtivas e o fortalecimento do processo decisório nas escalas locais levou a questionamentos acerca das possibilidades de regulação e articulação do território em escala nacional.

Com efeito, há uma forte disparidade no que se refere a capacidade de geração de riquezas nos territórios subnacionais. É, portanto, em relação à autonomia política conferida aos municípios que o problema das diversidades sócio-espaciais se complexifica, exigindo uma eficiência dos mecanismos constitucionais de transferências de recursos que servem à articulação dos entes federativos e garantia dos interesses comuns nacionais.

No federalismo brasileiro, são as transferências dos estados, através da Cota-Parte do ICMS, e do Governo Federal, através do FPM, que, constitucionalmente regulamentadas e livres de condicionalidades, estão voltadas para um aumento na disponibilidade de recursos nas escalas municipais. Podem, portanto, contribuir tanto para articular as escalas político-administrativas quanto reduzir as disparidades na capacidade de arrecadação entre municípios.

Este trabalho apresenta uma reflexão a respeito das transferências intergovernamentais dos estados e do governo federal para os municípios como mecanismos de equilíbrio sócio-espacial. O objetivo é identificar e analisar, a partir do levantamento e tratamento de informações disponíveis sobre a composição dos orçamentos municipais, os padrões de distribuição espacial das transferências da cota-parte do ICMS e do FPM, visando-se melhor compreender os papéis dos estados e do governo federal no federalismo brasileiro.